



*Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal do Rio Grande  
Conselho Municipal de Educação*

*Ata 016/2018*

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniram-se na sede do CME os conselheiros Elisangela Macedo, Rita de Cassia Madruga de Sousa, Katia Leivas, Luis Fernando Minasi, Rosimeri Machado; a assessora técnica Jaqueline Micelle presididos pela conselheira Rosana Pfarrius. Ausentes por motivo justificado, a secretária Lilian Machado e a presidente do CME Maria Aparecida Reyer. A reunião começou com a leitura e aprovação da Ata 015\2018. A seguir, foi repassada ao pleno as seguintes correspondências recebidas : a) e-mail, datado de dezoito de junho de dois mil e dezoito, encaminhado pela SMEd, remarcando a reunião do Fórum Municipal de Educação; b) convite, encaminhado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para audiência pública promovida pelo CEEJA; c) ofício 1473\2018, datado de dezoito de junho de dois mil e dezoito, encaminhado pela SMEd, solicitando a indicação de dois representantes para a Comissão de Organização do VIII COMED; d) ofício 042\2018, datado de sete de dezembro de dois mil e dezoito, encaminhado pelo CONDICA, indicando seus representantes para o Pleno do CME. Também foi repassada a seguinte correspondência expedida pelo CME: a) ofício 028/2018, datado de doze de junho de dois mil e dezoito, encaminhado ao Ministério Público, respondendo ao Ofício 318/2018 daquela Promotoria; b) ofício 029/2018, datado de dezoito de junho de dois mil e dezoito, encaminhado à Prefeitura Municipal, indicando a conselheira Maria Aparecida Reyer como representante do CME para a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa

Prefeito Amigo da Criança. Dando continuidade à reunião, passou-se ao debate e estudo das funções do CME no Congresso Municipal de Educação onde ficou decidido que as conselheiras Rosana e Katia seriam as representantes desse órgão no COMED. Após, o conselheiro Minasi informou a todos os presentes sobre a reunião da Promotoria Regional De Pelotas que realizar-se-á no dia vinte e oito de junho do vigente ano. Passou-se, então, aos relatos das visitas, pela comissão fiscalizadora do CME, às seguintes escolas: a) Escola de Educação Infantil Mundo Encantado: encontra-se muito bem estruturada, com espaço físico organizado, limpo e adequado ao que se propõe ; a coordenadora pedagógica e a diretora da escola têm pleno conhecimento do trabalho pedagógico proposto e desenvolvido pelos professores; informaram, ainda, que as reuniões com o corpo docente da escola ocorrem de quinze em quinze dias ou uma vez ao mês e solicitaram à SMEd formação pedagógica . A conselheira Katia diz ter pleno conhecimento desse pedido, sendo favorável à formação, pois julga ser muito importante e que o momento atual exige essa formação, frente às novas propostas curriculares. No entanto, a Assessoria da SMED não pode ainda efetivar uma formação em conjunto com as escolas privadas, em virtude da demanda daquela Secretaria. As conselheiras Rita e Rosi disseram que no primeiro ano do atual prefeito essa formação era feita e que no governo anterior também e questionaram como antes a Secretaria “dava conta disso “e agora não mais? As divergências entre as conselheiras continuaram, mas não se chegou a um denominador comum. Seguindo, então, com o relato da visita à Escola de Educação Infantil Somma Kids: a conselheira Rosana achou ruim a entrada da escola, pois a porta que passa da secretaria e que dá acesso ao interior da mesma é pequena e vai direto à cozinha, demonstrando um projeto inadequado e de mau gosto. Ainda, segundo a conselheira, há outra porta de entrada que não é aberta , pois vai direto à sala de TV e do soninho das crianças. A conselheira kátia relata que a escola está melhor organizada, limpa, o número de alunos está condizente com as condições de espaços. A Comissão Fiscalizadora decidiu por autorizar a referida escola e que no parecer de autorização de funcionamento haverá uma sugestão de reorganização de espaços. Em relação à visita à Escola Dom Pedro, a decisão foi de autorizar o

funcionamento da Educação Infantil já que a mesma fez as mudanças sugeridas pela Comissão fiscalizadora do CME. Dando continuidade à reunião, a conselheira Rita informou que foi procurada por uma mãe de um aluno da sua escola comunicando-lhe que tirará seu filho de cinco anos da escola pois não tem mais condições de pagar a mensalidade. A conselheira solicita uma intervenção do pleno, pois não sabe como proceder nessa situação, já que a criança está na faixa etária da obrigatoriedade escolar. O conselheiro Minasi sugeriu que essa mãe deve ir à SMed e solicitar a vaga pública, pois se for na promotoria a vaga será conquistada. A conselheira Rita destacou que a mãe foi à Central de vagas e lá foi informada que nada podem fazer, e a promotoria é o melhor caminho. A conselheira Elisângela diz ser importante saber quem a encaminhou, pois não é uma prática dessa Secretária e sempre que possível a vaga é obtida já pela SMed. Passou-se, então, a discussão sobre currículo onde o conselheiro Minasi pensa ser importante colocar no currículo a auto-organização das crianças. Nesse sentido, pondera que há uma formação de professores que não é a que a escola está precisando e que está prejudicando os alunos. A escola, assim, necessita se auto-organizar. Seguindo a reunião, passou-se ao estudo da Escola Paulo Freire: a conselheira Rosana relata que esteve presente na solenidade de inauguração da escola, como representante do CME, e pode observar o envolvimento da comunidade com a escola, mas percebe que o corpo docente necessita de maior orientação pedagógica para trabalhar com uma proposta tão diferenciada das demais escolas da EJA do município e que a coordenadora da escola conta com o apoio dos conselheiros do CME para sedimentar a questão de funcionamento e adequação pedagógica. Sentiu-se, no entanto, apreensiva com o pronunciamento do Secretário de Educação, senhor André Lemes, ao apresentar o senhor Jorge Ivan como presidente do CAE e que os alunos já estão solicitando a janta na escola. A preocupação do Presidente do CAE será para onde encaminhar a merenda para os alunos da Escola Paulo Freire, pois as escolas que servirão de sede dessa escola itinerante, já recebem a merenda. A conselheira Rosana relatou, também, que a escola já está em funcionamento e que torna-se, agora, mais importante e imprescindível, adaptá-la com a realidade apresentada e com a proposta pedagógica. Diante dessas colocações, o

pleno chegou a conclusão que a coordenadora deve ser convidada para participar de uma reunião semana que vem ( 26 de junho de 2018)visto que a realidade da escola vista pela conselheira Rosana não é a mesma que se apresenta no PPP, sendo esse inviável mediante a proposta de Paulo Freire e a realidade observada. O conselheiro Minasi entende que um PPP que não foi criado, planejado, com a comunidade não serve ao seu propósito. A conselheira Rosi disse que se a escola já apresenta problemas sendo uma parte presencial, como se desenvolvera com uma carga horária à distância, pois se os pais levam seus filhos as aulas, que condições terão de desenvolver trabalhos em grupo? Outro questionamento da conselheira e se os alunos tem acesso a internet. São questões que deverão ser estudadas com a coordenação da escola Paulo Freire, para que o trabalho pedagógico realmente seja satisfatório, abrangente e capaz de alcançar aquilo que se destina. Não havendo mais nada a declarar, essa a ata que será assinada por mim e pela presidente do CME.

Jaqueline Micelle

Assessora Técnica do CME

Maria Aparecida Reyer

Presidente do CME